

Mansueto: aprovação da reforma da Previdência traria mais um ponto de otimismo

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, afirmou que quanto mais rápida a aprovação da reforma da Previdência melhor para o País e para o próximo governo, que poderá se concentrar em outros itens da reforma econômica. Mansueto, entretanto, preferiu não falar em prazos, destacando que o movimento para a votação está sendo coordenado pelos ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Eliseu Padilha (Casa Civil). Apesar do resultado apertado na votação na Câmara dos Deputados da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, Mansueto não descarta que a reforma seja aprovada. "O governo vem conseguindo aprovar reformas importantes independentemente da questão política", disse o secretário, que participa do seminário Modernização da Infraestrutura Brasileira, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio. O mercado tem posto em dúvida a possibilidade da reforma da Previdência sair antes de 2019. Na visão de Mansueto, essa aprovação só traria mais um ponto de otimismo para o cenário brasileiro, que já conta com perspectiva de inflação média abaixo de 4% nos próximos quatro anos e juros de um dígito no mesmo período. "Com a reforma da Previdência esse cenário fica ainda melhor. O mercado está apostando que essa reforma será aprovada ou nesse governo ou no próximo", disse. Entre as reformas aprovadas mesmo diante da incredulidade do mercado, o secretário mencionou as reformas microeconômicas, trabalhista, a Taxa de Longo Prazo (TLP) e o teto de gastos. Mansueto Almeida destacou que no próximo ano a despesa vai estar muito próxima do teto e, portanto, se o governo tiver algum crescimento na arrecadação terá que usar necessariamente para reduzir o déficit primário, porque não vai ter espaço para gastar. "Se não existisse a PEC do teto, isso poderia ser voltado para a despesa. Qualquer surpresa de arrecadação significará um resultado primário melhor", garantiu. A projeção do governo é que, cumprido o teto e com a devolução de recursos do BNDES, a dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) ainda suba dos atuais 74% para 80%, mas a partir daí entre em trajetória de queda. O cálculo leva em conta um crescimento médio de 2,6% ao ano partir de 2019 e juro real na casa de 4%.